

Mundo



APÓS ATAQUE DO IRÃ A ISRAEL
Ucrânia cobra mais apoio do Ocidente
Zelenskiy deu indireta em discurso sobre a luta para enfrentar a ofensiva russa



'O POVO DE NY CONTRA TRUMP'

Ex-presidente diz que seu histórico julgamento criminal, iniciado ontem, é um 'ataque aos EUA'

Donald John Trump, o 45º presidente dos Estados Unidos, tornou-se ontem o primeiro ex-ocupante da Casa Branca a enfrentar um julgamento criminal na História do país ao sentar-se no banco dos réus em um tribunal de Nova York pelo suposto suborno da ex-atriz pornô Stormy Daniels. O republicano, que é o atual candidato de seu partido para disputar novamente o cargo mais poderoso da Terra com o presidente Joe Biden, classificou o caso contra ele como um "ataque aos EUA" e uma "perseguição política".

— Não teremos um julgamento justo — disse Trump do lado de fora do tribunal após o fim do primeiro dia de audiência.

O bilionário é acusado de fraudar 34 registros contábeis para ocultar o pagamento de US\$ 130 mil (R\$ 660 mil) em troca do silêncio de Daniels, com quem teria tido um relacionamento extracônjugal no passado. O va-

lor teria sido pago poucos meses antes da eleição de 2016, para evitar que o vazamento da história prejudicasse sua imagem durante a campanha. A história foi revelada pelo jornal The Wall Street Journal em 2018, quando ele já era presidente. Se for condenado, ele pode pegar até quatro anos de prisão.

SELEÇÃO MINUCIOSA

O julgamento começou com a frase "o povo de Nova York contra Donald Trump", lida pelo escrivão. O primeiro dia foi marcado pelo início da seleção do júri, que será composto por 12 cidadãos não-jurados e seis sapientes. Todos deverão responder a um questionário minucioso sobre suas preferências políticas e, sobretudo, sobre a sua capacidade de definir o destino de um dos políticos mais influentes do mundo com imparcialidade.

A seleção, no entanto, já se mostrou um desafio para o juiz que supervisiona o caso, Juan Merchan. Dos 96 potenciais jurados que compareceram ao tribunal ontem, mais

de 50 foram rapidamente dispensados após confessarem que não conseguiriam ser justos e imparciais. Apenas nove responderam ao questionário até o final.

A seleção pode durar duas semanas ou mais, e há a expectativa de que o julgamento se estenda até julho, possivelmente com uma decisão antes da Convenção Nacional do Partido Republicano, que oficializará a candidatura de Trump à Casa Branca após a vitória nas primárias.

O calendário do julgamento também foi definido ontem e foi alvo de críticas da defesa. Além da campanha eleitoral, Trump precisa conciliar a agenda do caso com outros três processos criminais em andamento, mas que ainda não começaram a ser julgados: um sobre a tentativa de interferência eleitoral na Geórgia; outro em Washington sobre a tentativa de subverter o resultado das eleições contra Biden, culminando no ataque ao Capitólio; e o último sobre a retenção de documentos confidenciais em sua residência

em Mar-a-Lago, na Flórida, após deixar a Casa Branca. A defesa requisitou que o magnata fosse liberado para comparecer a uma audiência na Suprema Corte que analisará o seu pedido de imunidade no processo federal sobre as eleições de 2020 e outra no caso dos documentos de Mar-a-Lago, ambas na semana que vem. O juiz Mer-

Metade dos potenciais jurados foi rejeitada por alegarem que não seriam imparciais

chan, porém, negou o pedido e disse esperar ver Trump "na próxima semana".

— Sei que cliente é um réu criminal — disse Merchan ao advogado do republicano. — Ele é obrigado a estar aqui. Merchan rejeitou a moção apresentada pela equipe de Trump para retirá-lo do caso, citando o trabalho de sua filha como consultora po-

lítica democrata como um conflito de interesses, rejeitado pelo gabinete do tribunal. Especialistas em ética jurídica lançam dúvidas sobre a moção, alegando que o juiz não pode ser responsabilizado pelo ofício da filha, e sinalizam que o movimento pode ser mais uma tentativa de adiar o processo.

CASOS ANTIGOS

O dia foi marcado por vitórias e derrotas dos dois lados. Em uma decisão que favoreceu o ex-presidente, Merchan rejeitou um pedido dos procuradores para mostrar ao júri acusações de agressão sexual que algumas mulheres apresentaram contra Trump no passado. O juiz também não permitiu utilizar como evidência a fita "Access Hollywood", na qual Trump se gabava de apalpar mulheres, e o depoimento do jornalista E. Jean Carroll, que o denuncia por um abuso sexual cometido anos 1990.

Para a promotória, além da permanência de Mer-

chan no caso, uma das principais conquistas foi a permissão para mencionar a ex-coelhinha da Playboy Karen McDougal, que também teria sido forçada a abafar um caso com Trump em 2016, assim como Daniels. Na ocasião, McDougal assinou um acordo no valor de US\$ 150 mil que apenas a permitiria relatar o relacionamento com Trump se fosse ao tabloide National Enquirer. Ela deu a entrevista, mas história nunca foi publicada.

A promotória também foi autorizada a citar a denúncia contra o jornal por tentar beneficiar Trump em 2016 publicando matérias positivas a seu respeito e abafando aquelas que pudessem prejudicar sua imagem. Em 2021, a Comissão Eleitoral Federal dos EUA multou o tabloide em US\$ 187 mil alegando que o valor pago à ex-coelhinha da Playboy violava as leis eleitorais.

Com AFP e NYT



Rejeição. Críticos de Trump se manifestaram nos arredores do Tribunal Criminal de Manhattan. 'Não está acima da lei'



Apoio. Seguidores de Donald Trump se reuniram do lado de fora da corte no primeiro dia de julgamento em Nova York

NOS MEANDROS DO TRIBUNAL

De que ele é acusado?

O caso remonta a 2016. Na reta final da campanha presidencial entre Trump e Hillary Clinton, uma ex-atriz pornô, Stormy Daniels, concordou em receber US\$ 130 mil (R\$ 660 mil, na cotação atual) para permanecer em silêncio sobre uma relação sexual que supostamente teve em 2006 com o bilionário republicano, então casado com Melania Trump. Os pagamentos, feitos pelo então advogado de Trump, Michael Cohen, foram revelados pelo Wall Street Journal em janeiro de 2018, quando Trump já era presidente. Para a acusação, a questão central é que ele distorça esta transferência como "honorários legais" nas contas de sua empresa, a Organiza-

ção Trump. O dinheiro tinha como objetivo reembolsar Cohen pela quantia que ele pagou do próprio bolso a Daniels. Trump é acusado de ter "ocultado a razão destes pagamentos", apesar de "terem sido claramente pagos com o objetivo de influenciar os eleitores", explicou à AFP Bernard Gershman, ex-procurador de Nova York e professor de Direito na Universidade de Pace. Em abril de 2023, Trump foi indiciado por um grande júri por 34 acusações de falsificação de registros contábeis para cometer um crime, delito relacionado às leis de financiamento de campanhas dos EUA. O caso começará a ser julgado nesta segunda pelo Supremo Tribunal do Estado de Nova York, corte de primeira instância local.

Qual será a linha de defesa?

Quando o caso veio à tona, Trump, então presidente, negou qualquer relação com a ex-atriz pornô e afirmou não saber nada sobre o dinheiro. Por fim, ele admitiu que estava ciente, mas que se tratava de uma tentativa de impedir uma "extorsão". Trump se declarou inocente e denunciou que o julgamento tem natureza política. Os seus advogados buscam lançar dúvidas sobre a confiabilidade do depoimento de Cohen e convencer o júri de que o processo criminal é insustentável. A acusação, por sua vez, tenta demonstrar que pessoas próximas a Trump tinham o hábito de encobrir assuntos que pudessem prejudicar sua reputação com dinheiro, com base em outros

dois subornos: um para comprar o silêncio de um porteiro da Trump Tower, que disse que o ex-presidente tinha um filho escondido, e outro para silenciar uma ex-modelo da Playboy que alegou ter tido um caso com ele.

Quem irá julgá-lo?

O ex-presidente será julgado por um júri composto por doze cidadãos selecionados entre centenas de moradores de Nova York. Cada um terá que responder a um questionário detalhado sobre a sua opinião a respeito de Trump e a sua própria convicção de que pode julgar o caso com imparcialidade para serem escolhidos pelo juiz, pela defesa e pela acusação. A seleção do júri deverá durar entre uma e duas semanas. O júri, que será anônimo para evitar pressões,

terá que decidir por unanimidade se Trump é culpado ou não. Em caso afirmativo, o juiz estabelecerá a sentença em data posterior.

Trump pode ser preso?

Em teoria, sim. Se Trump for condenado apenas por falsificação de documentos contábeis, a pena máxima é de um ano de prisão. Se o júri estiver convencido de que ele falsificou documentos para violar as leis eleitorais, a pena máxima é de quatro anos. Em qualquer caso, o juiz também pode impor apenas uma multa ou uma pena alternativa, como liberdade condicional, considerando a idade de Trump, 77 anos, e o fato de esta ser a sua primeira condenação criminal. Mas a sua falta de remorso e a atitude desafiadora do magnata em relação à Justiça podem traba-

lhar contra ele. Se for condenado à prisão, um recurso poderá adiar a sua entrada na prisão.

Quanto tempo durará o julgamento?

O tribunal prevê "entre seis e oito semanas". Portanto, a sentença poderá ser anunciada antes das eleições de novembro de 2024. Mas o julgamento pode ser adiado se houver incidentes processuais. Os advogados de Trump apresentaram vários recursos e contestações nas últimas semanas e conseguiram adiar o julgamento de 25 de março para 15 de abril. Ao contrário de outros grandes julgamentos, como o de O. J. Simpson, que morreu na quinta-feira, este não será televisado, de acordo com a lei do estado de Nova York.